

CFESS Manifesta

Assistentes sociais na 16ª Conferência Nacional de Saúde

Brasília (DF), 4 a 7 de agosto de 2019
Gestão É de batalhas que se vive a vida!



PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA O RESGATE DO SUS

A 16ª Conferência Nacional de Saúde, a 8ª + 8, com o tema Democracia e Saúde, busca retomar a perspectiva histórica e a mobilização popular presente na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em cujo relatório final encontram-se as seguintes propostas: 1) a concepção de saúde como resultante das condições de vida e trabalho, socialmente determinada; 2) os princípios e diretrizes do sistema de saúde, que foram discutidos e aprovados posteriormente na constituinte, como universalidade, integralidade e participação social, referendados no SUS.

Dos debates na 8ª Conferência Nacional de Saúde e na Constituinte, passando pela aprovação do SUS como direito de todos e dever do Estado, até os dias atuais, temos um longo caminho, com avanços e recuos que se inscrevem na disputa de projetos societários e de saúde.

A partir dos anos 1990, tivemos diversos percalços advindos de contrarreformas que tiram direitos sociais, ampliam a participação do setor privado nas políticas sociais, ameaçam a universalidade da saúde e obstaculizam seu financiamento, por meio de isenção de impostos às empresas privadas e ajustes fiscais. Os ataques à saúde são profundamente ampliados a partir de 2016, com a adoção do projeto ultraneoliberal dos governos Temer e Bolsonaro. Um dos exemplos é a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que congela os gastos com saúde por 20 anos e que resultará em perdas de bilhões em recursos.

É nessa conjuntura perversa em que vivemos que precisamos reafirmar os princípios e diretrizes do SUS e apontar os desafios postos para a sua consolidação, tendo como referência o projeto de Reforma Sanitária dos anos 1980.

Reafirmar a saúde como direito de todos e dever do Estado requer a defesa do princípio da universalidade, que supõe necessariamente refutar a chamada “cobertura universal” presente na proposta de Reforma da Saúde do Banco Mundial, que significa a defesa de um pacote básico de serviços de saúde para uma parcela da população, afastando a perspectiva da atenção básica ampla de acesso universal. Nesta proposta, 100% de cobertura seria atingida apenas por meio da maior participação do setor privado, via prestadores autônomos de saúde, a exemplo de organizações sociais ou planos de saúde.

No que tange ao modelo de atenção em saúde, é de suma importância a defesa do modelo pautado na universalidade e na integralidade. E, assim, retomar os debates sobre a atenção básica como ordenadora do sistema, com porta de

▶ entrada com resolutividade e articulação de rede da atenção básica até os demais níveis de complexidade, bem como fortalecer o Programa de Saúde da Família, sem diferenciação de padrões de ações e serviços, e com equipes multiprofissionais e agentes comunitários/as de saúde em número suficiente. É preciso enfrentar os desafios de ampliação e melhoria do acesso à atenção básica pública e estatal, por meio da coordenação do cuidado e integração com outros serviços, da fixação de profissionais nos territórios, da superação do subfinanciamento, entre outros.

No que se refere ao modelo de gestão da saúde, é central a defesa do SUS com gestão 100% estatal e efetivo financiamento público para o setor público-estatal. E, nesse sentido, a luta pela revogação das leis que instituem as Organizações Sociais (OS), a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e as Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP), as quais concretizam a privatização na sua forma não clássica, por meio de arranjos de gestão, que incorporam o setor privado na execução direta de serviços de saúde que têm estrutura e financiamento públicos, via contratos de gestão e termos de parceria. Assim, ocorre a transferência do fundo público para o setor privado e o Estado deixa de exercer sua função de produção e execução de serviços de saúde, passando a ser apenas financiador e regulador, em uma perversa redefinição do papel do Estado, que tem repercussões na gestão da força de trabalho atuante nas unidades sob tal forma de gestão.

Nesse ponto, tem destaque a discussão da “nova” Política Nacional de Drogas, que tem como objetivo o fortalecimento de comunidades terapêuticas, entidades privadas, como locus de cuidado e promoção da saúde, além da construção de uma sociedade protegida do uso de drogas lícitas e ilícitas, a ser alcançada por meio da promoção da abstinência. É importante a reafirmação do posicionamento contrário a esta política, que nada tem de nova e pode significar a obstaculização do cuidado em liberdade e do respeito à dignidade humana, na medida em que desconsidera a Política de Redução de Danos e o modelo de atenção em saúde, que privilegia serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial, na perspectiva da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica.

Um elemento fundamental é a defesa de políticas que reforcem a perspectiva de justiça

ASSISTENTES SOCIAIS DEFENDEM...

» **A seguridade social como um amplo conjunto de proteção social público e estatal;**

» **A revogação da EC 95/2016;**

» **A revogação imediata das contrarreformas e retrocessos dos governos Temer e Bolsonaro, que retiram direitos duramente conquistados e ampliam a mercantilização da vida;**

E DIZEM NÃO!

» **À Reforma da Previdência;**

» **À mercantilização da educação e pela formação em saúde, com defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Contra o ensino à distância na graduação na área de saúde;**

» **Aos subsídios e isenções fiscais do setor privado: planos de saúde, hospitais privados, indústria farmacêutica e de equipamentos.**

social e de reparação histórica dos segmentos da população aviltados pelo preconceito racial e violações de direitos. Trata-se de enfrentar o racismo estrutural e institucional que se insere entre os determinantes sociais de desigualdades de acesso à saúde no Brasil e resulta no fato de um maior índice de mortalidade materna, violência obstétrica e pré-natal inadequado ocorrer entre mulheres negras. E, nesse caminho, torna-se necessário defender políticas para a saúde da população negra que propiciem melhor acesso e qualidade dos serviços e do atendimento, incluindo ações de atenção e promoção da saúde que contribuam para o enfrentamento das desigualdades no nascer, viver, adoecer, tratar, morar e morrer que negros/as vivenciam.

Posicionar-se ao lado de populações que têm seus direitos violados historicamente é também defender a realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena e a atualização da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, considerando o seu acúmulo de discussão sobre a organização do subsistema de saúde indígena e com respeito às particularidades étnicas e cul-

turais, condições de vida, moradia e diversidade de demandas dos/as que vivem aldeados/as, em contexto urbano, de recente contato, isolados/as. É nos somarmos às lutas em prol da demarcação de terras indígenas e contra os desmatamentos e a liberação desenfreada de agrotóxicos.

Precisamos lutar ao lado e em defesa do direito à saúde de parcelas significativas da população, que têm seu acesso à saúde obstaculizado pela sua condição de classe, gênero, geração, raça, etnia, sexualidade, deficiência ou qualquer outra situação.

A defesa da participação social também se faz importante e passa pelo fortalecimento dos conselhos e conferências, do poder de deliberação e da paridade entre os segmentos, haja vista a necessária análise e tensionamento da correlação de forças nesses espaços, que são de disputas em torno dos rumos da política de saúde pública. É fundamental aliar a participação nesses espaços institucionais com a mobilização em fóruns e frentes de luta e resistência, como a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e os diversos fóruns/frentes estaduais, tendo no trabalho de base e nos atos e manifestações de rua um locus privilegiado para a luta em defesa dos direitos sociais e a resistência às contrarreformas. As conferências de saúde se constituem historicamente em espaços importantes para a afirmação e efetivação da participação popular nos rumos da política de saúde, com deliberações contrárias à privatização da saúde e em defesa do SUS público, estatal e universal, referenciado nas necessidades da população. É nessa direção que estaremos novamente juntos/as na 16ª CNS!

A inserção e a participação do CFESS nas lutas sociais, na defesa das políticas sociais e da saúde pública são passos fundamentais para o fortalecimento da profissão e para a efetivação de sua função precípua de orientação e fiscalização profissional. A intensificação das ações em defesa do SUS e das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, na perspectiva da responsabilização do Estado na condução das políticas sociais e contra todas as formas de privatização da saúde é uma deliberação do Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS. No mesmo sentido, a defesa do SUS público, de qualidade e 100% estatal é afirmada no documento Bandeiras de Luta e está afinada com os princípios éticos da profissão, de defesa dos direitos e dos serviços prestados à população.

Gestão É de Batalhas que se vive a vida! (2017-2020)

Presidente Josiane Soares Santos (SE)
Vice-presidente Daniela Neves (RN)
1ª Secretária Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)
2ª Secretária Daniela Möller (PR)
1ª Tesoureira Cheila Queiroz (BA)
2ª Tesoureira Elaine Pelaez (RJ)

Conselho Fiscal
 Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

Suplentes
 Solange da Silva Moreira (RJ)
 Daniela Ribeiro Castilho (PA)
 Régia Prado (CE)
 Magali Régis Franz (SC)
 Lylija Rojas (AL)
 Mauricleia Santos (SP)
 Joseane Couri (DF)- Licenciada
 Neimy Batista da Silva (GO)
 Jane Nagaoka (AM)

CFESS MANIFESTA
16ª Conferência Nacional de Saúde

Conteúdo (aprovado pela diretoria):
 Maria Inês Bravo- assistente social e professora da UERJ- e Elaine Pelaez- assistente social e conselheira do CFESS

Organização: Comissão de Comunicação

Revisão: Diogo Adjuto

Arte/ilustrações: Rafael Werkema